

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	TUTELA COLETIVA DE DIREITOS								
DOCENTE	CARLOS ROBERTO DE CASTRO JATAHY								
CÓDIGO	GRDDIRELE0780	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA		A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. O Microsistema de tutela coletiva. Princípios e características. Distinções com o Processo Civil tradicional O Inquérito Civil e a investigação a Interesses Metaindividuais. Termo de Ajustamento de Conduta. A resolução de conflitos por meio extrajudicial. Ação Civil Pública. Cabimento e objeto (Lei 7.347/85). Legitimados. Competência. Tutela antecipada. Instrução e Julgamento. Sentença e Coisa Julgada. A execução na tutela coletiva e suas peculiaridades. Recursos Pertinentes. A tutela da probidade administrativa e a ação própria (Lei 8429/92). Características. Legitimados e Incidentes processuais. A Ação popular (Lei 4717/65). O Mandado de Segurança Coletivo (Lei 12.016/09)	
OBJETIVOS		Conhecer e analisar o Microsistema de Tutela Coletiva no ordenamento jurídico brasileiro, com suas peculiaridades e especificidades. Manejar e dominar os principais institutos que o diferenciam do Processo Civil tradicional, especialmente nas questões da Legitimidade; Competência; Procedimento; Coisa julgada e Execução das decisões proferidas nesta tutela específica. Reconhecer e diferenciar os Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Permitir que o aluno, ao término do semestre, possa identificar a eventual lesão a interesses transindividuais, emitindo solução legal(judicial ou extrajudicial) compatível para a questão, mediante celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, ajuizamento da demanda competente ou oferecendo a defesa adequada.	
METODOLOGIA		Aulas expositivas com interação docente/discente. Estudo de casos concretos com análise das decisões judiciais correspondentes. Simulação de julgamentos, onde os alunos, divididos em grupos, desempenham a função de Autores, Réus e Juízes, em situações/cases previamente distribuídos no início do semestre. Há, ainda a resolução de questões de concursos para as carreiras jurídicas públicas (Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública).	
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.	
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.	
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.	
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.	
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.	
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.	
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.	
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.	
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.	
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.	
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.	
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.	
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.	
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	
		Outras:	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
AULA		TEMA	
1 a 4		A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro.	
5 a 7		O Inquérito Civil e a investigação a Interesses Metaindividuais.	
8 e 9		Termo de Ajustamento de Conduta. A resolução de conflitos por meio Extrajudicial.	
10 a 12		Ação Civil Pública. Cabimento e objeto (Lei 7.347/85).	
13 e 14		Ministério Público. Atuação e Legitimidade.	
15		Demais Legitimados. A Defensoria Pública.	
16 a 18		Competência. Instrução e Julgamento. Sentença e Coisa Julgada.	

19 a 21	Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92).	
22 e 23	Ação Popular (Lei 4717/65).	
24 e 25	Mandado de Segurança Coletivo (Lei 12.016/09).	
TRILHA	X	Advocacia Empresarial
		Carreiras Públicas
		Regulação
		Justiça e Sociedade
		Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Provas P1 e P2, com questões dissertativas e de Múltipla Escolha. Simulação de Ação Civil Pública com redação de Inicial e Contestação valendo como parte da nota. Redação de “papers” sobre assuntos polêmicos contemporâneos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em Juízo. Saraiva - 31ª Edição. 2019. DIDIER JR, Freddie e Zaneti Jr, Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Processo Coletivo. V.4 –. Editora Jus Podium, 14ª Ed. 2020. PINHO, Humberto Dalla Bernardino, Manual de Tutela Coletiva. Saraiva. 2021,	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo Processo Civil Brasileiro. 7a Edição. Atlas, 2021. CUNHA, Mauricio Ferreira; MANUCCI, Renato Pessoa. Lei de Improbidade Administrativa comentada para concursos. Jus Podium, 2020. LEONEL, Ricardo de Barros Manual do Processo Coletivo. Malheiros. 4ª Edição. 2017. MASSON, Cleber, Adriano Andrade e Landolfo Andrade. Interesses Difusos e Coletivos - Vol. 1/2 Edição: 10 2020 Editora: Método. ZANETTI JR, Hermes e GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direitos Difusos e Coletivos. Editora Jus Podium – 7ª Edição. 2016.	